
O debate francês sobre migração objetifica o imigrante¹

Sarah Roberta de Oliveira Carneiro²
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

RESUMO

Na França, em diversos contextos, desde os governamentais aos midiáticos, passando pelas universidades e rodas de conversa, a migração é assunto. Ao acompanhar por pouco mais de um ano a referida temática em tal país, o que se deu de novembro de 2018 a janeiro de 2020, através de conferências em diferentes universidades e também no Institut Convergences Migrations (ICM) e no Musée national de l’histoire de l’immigration, foi possível constatar que o debate francês sobre migração não evoca as categorias de análise “colonização”, “cultura”, “raça”, “etnia” e “gênero” e opta por objetificar o imigrante. Este artigo elucida as abordagens científicas que oferecem subsídios para o mencionado debate e aponta algumas das implicações que podem haver na decisão reflexiva que tende a objetificação do imigrante.

Palavras-chave: Imigrante; economia; objetificação.

1. Introdução

Ao longo do pós-doutorado, o que se deu entre novembro de 2018 e janeiro de 2020, em virtude do objeto³ que elegi para a minha pesquisa, eu me dispus a acompanhar sistematicamente jornadas de estudo e conferências em diferentes universidades e também no Institut Convergences Migrations (ICM) e no Musée national de l’histoire de l’immigration, em Paris.

Um volume de aproximadamente 15 (quinze) conferências sobre migração foi então contabilizado como recurso de pesquisa e chama a atenção o fato de que, mesmo tendo sido eventos realizados em espaços antecipadamente vinculados a uma perspectiva crítica frente à realidade, uma vez que aconteceram em universidades e no museu voltado à temática da imigração, as abordagens mais recorrentes nas conferências tenham estado

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora Adjunta do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Cecult/UFRB).

³ O objeto de pesquisa foi a fixação de brasileiras e brasileiros em Paris a partir da cultura brasileira, ou seja, refleti sobre os processos de construção da vida material de imigrantes que têm na dança, na música, na gastronomia e na capoeira a sua fonte de renda.

extremamente atreladas ao recorte econômico e que as categorias de análise “colonização”, “cultura”, “raça”, “etnia” e “gênero” não tenham sido evocadas nas falas dos conferencistas, ficando de fora por completo das reflexões desenvolvidas entre os expositores e os públicos participantes.

Buscar compreender o fenômeno da migração é um esforço epistemológico desafiador e exigente, na medida em que o ato de migrar, conforme sugere Blanc-Chaléard (2001), sempre acontece inscrito num contexto de complexidade. Sendo assim, é vã a expectativa de que a ciência consiga abarcá-lo totalmente; se é que a ciência consegue abraçar por completo algum fenômeno social.

Recorrendo às reflexões de Boaventura de Souza Santos (2000), temos o lastro sociológico para afirmar que não é possível. Afinal, Santos nos diz por meio de seu paradigma da Sociologia das Ausências e Sociologia das Emergências que a vida é sempre maior que o tratamento científico dispensado aos objetos estudados, posto que a vastidão da vida escapa, irremediavelmente, aos aportes teóricos disponíveis.

Le Bras (2017) corrobora com a assertiva de que a migração contém uma significativa amplitude, de modo que, segundo ele, discuti-la é, no mínimo, operar com os seguintes conceitos: determinantes das migrações, sociedade de origem e sociedade de recepção, sendo que cada um desses conceitos contém uma multitude de outros conceitos. Deste modo, não é de se estranhar que uma infinidade de terminologias esteja entrelaçada à migração.

Héran (2017), por exemplo, tendo voltado o seu olhar para o que se desenrola na sociedade francesa, lista as seguintes expressões: crise de refugiados, islamismo, laicidade, direito ao solo, dupla nacionalidade, reagrupamento familiar, Selva de Calais etc. Notemos que as palavras “colonização”, “cultura”, “raça”, “etnia” e “gênero” não são elencadas pelo autor.

É de se esperar que aspectos do dinamismo e da complexidade que contornam o deslocamento físico de pessoas no planeta escapem a um roteiro de percepção do fenômeno migração, e é claro que este artigo parte da premissa de que, inexoravelmente, lacunas atravessam esquemas reflexivos e aportes teóricos, seja qual for o objeto do debate. Mas mesmo ciente disso, parece válido problematizarmos as lacunas do debate público francês sobre migração internacional, pois acredito que a predileção por abordagens economicistas está a comunicar qual é o olhar que o país lança para quem, vindo de outros países, adentra as suas fronteiras.

Vale ainda dizer que o tipo de deslocamento posto em foco nas reflexões desenvolvidas no presente artigo é o deslocamento internacional, ou seja, a migração que “de alguma forma é enquadrada por lei” (CASELLI; VALLIN; WUNSCH, 2003, p. 4). Estes autores afirmam ser esta a regra geral para as migrações internacionais, ou seja, a especificidade de se tratar de uma movimentação humana que – em alguma gradação – sofre os constrangimentos impostos por um conjunto de leis.

Para que as reflexões buscadas sejam alcançadas, este artigo segue o seguinte roteiro: inicia-se com uma breve contextualização da migração na França; em seguida, explana os contornos teóricos do fenômeno migração e explicita as abordagens do campo da economia, para, por fim, problematizá-las, observando o que fica de fora do debate e qual o tratamento dispensado ao imigrante, quando dimensões – como a cultural, a étnico-racial e a de gênero – não são evocadas.

2. Notas sobre migração na França

Conforme lembrado por Fischer e Hamidi (2016), até a Primeira Guerra Mundial as migrações eram permitidas na Europa e, para suprir a falta de mão de obra, visto que a maioria dos homens tinham partido para o front, os poderes públicos estruturaram o recrutamento de mão de obra com os países de emigração, e a França entrou em acordo com a Espanha, Portugal e Itália para dispor de trabalhadores.

No entanto, a França recrutou trabalhadores e também soldados em suas antigas colônias, e é sabido que, em muitos outros períodos históricos, seguiu recorrendo a estas, ou seja, seguiu tratando suas antigas colônias como depositário de mão de obra para servir a diferentes frentes de trabalho no território francês.

Entre as décadas de 50 e 70, tem-se a adoção por parte dos governos europeus de políticas migratórias mais liberais, de modo que são colocados em prática dois sistemas de acolhimento, a saber: o *sistema de rotação* e o de *imigração permanente*. No primeiro modelo, os imigrantes não podem permanecer no país para o qual migraram. Eles são autorizados a trabalhar por certo período de tempo e, posteriormente, devem deixar o território, enquanto que o dispositivo de *imigração permanente* permite que após uma temporada no país de recepção, o imigrante planeje sua fixação a partir de um estatuto relacionado a seu perfil.

Fischer e Hamidi (2016, p. 31) informam que “esses dispositivos de recrutamento de mão de obra regulados pelas negociações entre os estados são, sobretudo, praticados

entre as potências coloniais e as antigas colônias, pois é mais fácil recorrer a imigrantes dessas antigas colônias”, ficando, portanto, evidente como a geopolítica entre a parte do mundo que atuou como colonizadora e a parte que foi colonizada seguiu e segue estruturando processos de exploração da primeira sobre a segunda, sendo este um aspecto da dinâmica migratória que não é amplamente evocado no debate público francês sobre migração.

Contudo, ainda que entre os anos 50 e 70, tenha havido um modo de recrutamento que deixava possibilidades para o imigrante se fixar e outro não, na prática, o que afirma Sayad (1999) é que de um modo geral a migração, tanto para o estado que realiza o recrutamento, como para o imigrante em si, é tomada inicialmente como “temporária”, mas, uma vez no território para o qual migrou, o desejo de permanecer, em virtude dos mais diferentes motivos, tem chances de emergir, de modo que pode acontecer do imigrante pensar em se fixar e atrair a sua família.

Esta constatação se conecta com os escritos da Sociologia da Ação, a qual afirma que a realidade é infinita, ou seja, se associarmos a migração à Sociologia da Ação, é uma conclusão automática prever que a partida de alguém para outro local traz em si vastas possibilidades e inimagináveis resultados. Logo, tem-se aí outro dado que realça o limite operacional das teorias da migração mais ligadas ao campo da economia, na medida em que suas percepções interpretativas insistem em circunscrever o imigrante ao aparato da reprodução material da vida.

Piché (2013, p. 19) nos comunica que uma teoria sobre migração deve abranger as causas e os efeitos do ato de migrar, e sobre isso ele ainda diz: “se há um consenso sobre o aspecto positivo da migração para o imigrante que voluntariamente escolheu se deslocar, o debate sobre o impacto social e econômico da migração sobre as sociedades de recepção sempre foi forte e segue virulento até hoje”. Ele, portanto, tece uma crítica sobre a qualidade do debate em torno dos efeitos da migração sobre as sociedades de recepção.

No entanto, ao chamar a atenção para o impacto social e econômico, o autor não faz menção explícita ao impacto cultural e, assim, acaba por excluir a categoria “cultura” do aparato reflexivo que se volta aos efeitos da migração. Sabemos que a dimensão social abarca as mais variadas perspectivas, estando aí inseridas a política e a cultural. Mas o fenômeno em foco, ou seja, a migração, porta uma complexidade tal que, uma vez

abordado, as dimensões políticas e culturais não devem aparecer embutidas somente na referência “social”, a qual, sabe-se, é bastante abrangente.

Uma das exigências que o estado francês faz ao imigrante é que se integre à sociedade francesa. “Integração” é uma terminologia que congrega múltiplas nuances e encerra sutilezas (LE BRAS, 2017; HÉRAN, 2017), mas que pode ser compreendida de uma maneira geral como o movimento e ou esforço realizado pelo imigrante para aderir à lógica estabelecida na e pela sociedade francesa de uma forma tal que sua presença não altere o ritmo da dinâmica social estabelecida.

Neste sentido, parece óbvio que o debate público acerca da migração na França devesse invariavelmente abarcar as ideias em torno da categoria de análise “cultura”. Afinal, a cultura demarca modos de vida, e são exatamente os modos de vida que entram em jogo quando as pautas em torno da integração, com seus dilemas e conflitos, emergem. Contudo, o que se nota e pode ser confirmado através das palavras de Fischer e Hamidi (2016, p. 4) é que os modelos dominantes na análise dos fluxos migratórios na França enfatizam o papel das forças econômicas e, notadamente, o mercado de trabalho e as redes sociais que estruturam a migração.

3. Contorno teórico da migração

Os estudos inaugurais sobre migração são assinados por Ernest George Ravenstein e publicados em dois diferentes textos, em 1885 e 1889. Trata-se das primeiras tentativas de teorização, as quais traziam a sugestão de leis migratórias a partir de uma análise empírica de migrações na Inglaterra. Conforme Zlotnik (2003), estas leis estavam longe de ter a universalidade que reivindicavam, mas ainda assim foram elas que guiaram os estudos sobre o tema ao longo de todo o século XX, uma vez que Ravenstein já teria deixado escrito que as principais causas da migração são econômicas e que a maior parte das migrações vai das zonas agrícolas para as comerciais.

Mas há pesquisadores, a exemplo de Simmons (1995) e Lee (1966), que preferem indicar que os esforços reflexivos de Ravenstein são ensaios e não chegam a compor um arcabouço teórico propriamente dito. Zlotnik (2003) afirma que atualmente não há uma teoria geral da migração, havendo, então, registros cada vez mais numerosos do que ela chama de esquemas de explicação, cuja serventia maior está voltada à compreensão, sobretudo, dos determinantes do ato de migrar, os quais nos permitem, segundo a autora, traçar hipóteses verificáveis.

A inexistência de uma teoria geral, apontada por Zlotnik (2003), é endossada em certa medida pelas palavras de Caselli, Vallin e Wunsch (2003), uma vez que estes autores reconhecem ser a migração uma experiência que varia muito e está sujeita a um permanente processo de evolução. Afinal, as sociedades e as épocas atravessam mudanças, de modo que o dinamismo inerente à trajetória sociohistórica da humanidade inibe a possibilidade de compormos uma tipologia completa e definitiva que venha a dar conta de todos os determinantes da migração.

Mas ainda que não seja viável a previsão de todos os tipos de migração, é importante observarmos que as teorias migratórias economicistas giram, preponderantemente, em torno das razões que levam as pessoas a migrarem. Olhar os determinantes do ato de migrar é uma ideia-força presente na grande parte dos esquemas reflexivos e, para Piché (2013), como já foi expresso anteriormente, além de explicar o porquê as pessoas migram, uma teoria migratória deve também demonstrar em que medida a migração alcança seus objetivos, de modo que seus efeitos também sejam realçados.

Piché (2013) diz ainda que, no caso dos determinantes, é comum que se faça uma distinção entre o plano individual, que diz respeito às motivações que sugerem a decisão de migrar; e o plano global, no qual são observados os fatores sociais e econômicos que levam as pessoas a migrarem ou a permanecerem. O autor nos lembra que essa distinção segue perpassando o campo migratório⁴, estando mais demonstrada no segundo movimento da teoria migratória, ou seja, nos estudos acerca dos efeitos da migração.

Sendo os determinantes da migração uma parte significativa das teorizações da migração, o que se verifica é que, ainda que estes sejam de diferentes ordens, existe uma tendência a colocar na dimensão econômica a principal motivação, ainda que a maioria dos países, conforme informa Le Bras (2017, p. 123), costumem distinguir alguns grandes tipos de migração, a saber: “política (asilo), familiar (reagrupamento), econômica, outras (visitante, doenças), regularizações”.

4. Abordagem econômica

Do ponto de vista econômico, segundo Zlotnik (2003), a migração internacional é um mecanismo de redistribuição do trabalho. Os imigrantes são vistos como

⁴ Piché faz questão de demarcar que a migração forçada pertence a outro paradigma, e que é aquele que repousa sobre a tomada da decisão racional.

trabalhadores e as teorias econômicas que existem não visam mais do que explicar as migrações de trabalho, ou seja, os deslocamentos internacionais de pessoas economicamente ativas.

Nestes termos, a primeira teoria delineada é a “teoria neoclássica da migração”, que tem como principais autores Harris e Todaro (1970), resulta de uma adaptação da teoria clássica e postula que os países, que dispõem de uma relação trabalho/capital elevada, tendem a um equilíbrio em direção à baixa dos salários, enquanto que os países onde esta mesma relação é reduzida os salários seriam elevados.

Sendo assim, a diferença de salários entre os países estimularia o fluxo migratório em busca de melhores condições salariais. É preciso, no entanto, notar que a quantificação do ganho esperado da migração implica que sua ocorrência não depende apenas das diferenças de salários entre países, mas também, claro, das diferenças de nível de emprego entre o país de origem e o país de destinação.

Os limites desse ângulo teórico, cuja associação entre migração e economia é feita visivelmente tendo como base as ideias de Adam Smith, ou seja, as referências de livre circulação do capital, das mercadorias e do trabalho, tornam-se visíveis, na medida em que a teoria neoclássica da migração não leva em conta o contexto político e econômico internacional, bem como os efeitos econômicos gerados pelo contexto nacional e as decisões políticas que interferem nas decisões individuais de migrar ou não.

E a restrita percepção não para por aí, posto que em seu esquema analítico a homogeneidade de competências entre o país de origem e o país de destinação seria uma espécie de premissa, e isso, sabemos, não é verdade. Afinal, os valores atribuídos às competências não são os mesmos nas diferentes partes do mundo.

Diante das limitações verificadas na teoria neoclássica, teorias alternativas emergem, sendo a “nova teoria das migrações”, segundo Stark (1991), uma das mais representativas e que leva em consideração a configuração familiar do sujeito migrante. Sua partida não seria, pois, fruto somente de uma decisão individual, posto que a situação monetária de seu lar, ou seja, da sua família é levada em conta.

Logo, seu movimento é pensado no sentido também de agregar rendimentos para seus familiares. Esta teoria, que tem como principais interlocutores Odel e Taylor (1989), chega até mesmo admitir que a migração de um dos membros da família seria uma aposta na longevidade da segurança financeira familiar. Stark acredita que os estudos feitos por

esta teoria contribuem para compor análises que colocam em foco a relação entre migração e desenvolvimento.

Outra teoria que está assentada na abordagem econômica é a “economia da migração familiar”. Uma das suas principais referências é Mincer (1978), que mostra que a migração é um projeto que pode provocar entusiasmo ou resistência, a depender da diferença que se verifica no âmbito de um casal em relação ao que cada uma das partes poderá acessar no campo das recompensas salariais no país para o qual vir a migrarem.

Complementando as reflexões deste recorte, Borjas e Bronars (1989), observando o processo migratório nos Estados Unidos, articularam ideias acerca da seletividade, informando que o tamanho das desigualdades salariais entre o país de origem e o país de chegada afeta o tipo de pessoa que migra. Se a desigualdade é maior na destinação, as pessoas mais qualificadas do que a média se sentem motivadas a migrarem, mas se as desigualdades forem maiores no local de origem, a tendência é que estas mesmas pessoas sejam menos incitadas a migrarem do que as menos qualificadas.

As considerações feitas por uma outra teoria do eixo econômico, a saber: “mercado do trabalho segmentado”, adotam uma perspectiva macro, uma vez que localizam a migração internacional como um efeito de forças internacionais que ultrapassam as escolhas individuais. Piore (1979) é um dos seus principais autores e nos informa que a migração internacional resulta de uma demanda permanente de trabalhadores estrangeiros, inerente à estrutura econômica dos países desenvolvidos.

Ainda no âmbito da abordagem econômica há a “teoria sistema mundial”, cuja assertiva sustentada por seus representantes diz que as origens da migração podem ser encontradas nos desequilíbrios institucionais ou setoriais causados pela intervenção do Estado no sistema capitalista mundial. O autor mais conhecido que inspira tal abordagem é Wallerstein (1974) e a geopolítica do planeta é levada em conta nas observações feitas, de modo que, tendo em foco a interdependência política e econômica entre países, nota-se a existência de três zonas, a saber: o centro, os arredores da periferia e a periferia.

Logo, a “teoria sistema mundial” admite que a migração internacional é prioritariamente desenvolvida entre as potências coloniais e suas antigas colônias. Mas considero tal menção insuficiente frente ao quanto a perversidade colonizatória se mostra estruturante no desumano jogo migratório vivenciado no mundo. A “teoria sistema mundial” limita-se a citar os pontos comuns entre as potências coloniais e suas antigas colônias, ou seja, o fato de terem a mesma língua e contarem com procedimentos

administrativos parecidos, similitudes que, conforme afirmam os autores da referida teoria, impulsionam os deslocamentos das segundas em direção às primeiras.

No entanto, é fundamental que deixemos dito que são estas mesmas similitudes que impõem uma gama de questões de ordem étnico-racial e de gênero, múltiplos desafios e incontáveis conflitos no tocante aos movimentos migratórios, mas a referida teoria não aborda de forma crítica as principais variáveis que perpassam a dimensão *país colonizador e país que foi colonizado*, sendo uma delas a assimetria de poder que se verifica entre estes dois polos e que acaba por engendrar o eixo das posições *dominador e subalterno*, que vemos se configurar na sociedade na qual o imigrante está.

Sendo assim, é possível afirmar que a não evocação da categoria “colonização” na trama interpretativa acerca da migração internacional sinaliza uma lacuna dentro de um esquema reflexivo que tenha como objetivo buscar compreender o fenômeno do deslocamento contemporâneo de pessoas no mundo, e esta lacuna é considerada por este artigo como um problema epistemológico.

Centrar a perspectiva investigativa nos termos críticos que caracterizam a colonização não é, como foi dito, um serviço prestado à altura do fenômeno pela “teoria sistema mundial”. Contudo, é necessário dizer que uma ótica pós-colonial vem aparecendo como uma subcorrente das abordagens migratórias que tendem a se alinhar à ótica pós-moderna, na medida em que esta ótica se recusa a trabalhar conceitualmente com a ideia evolucionista das sociedades e problematiza a universalidade das teorias em Ciências Sociais.

Nesse sentido, segundo Piché (2013), análises estão sendo trazidas à tona por intelectuais da Ásia e da África, assim como pelas produções diaspóricas e, para Simon (2010), o que se tem em tela ao aproximarmos teorias migratórias e estudos pós-coloniais é a questão das consequências da transferência humana e simbólica das sequelas e dramaticidades coloniais para o coração da metrópole, ao que Piché (2013, p. 26) arremata informando: “de fato, contrariamente à imigração proveniente da Europa, as migrações saídas das antigas colônias, designadas como as migrações pós-coloniais, possuem características específicas”, sendo que tais especificidades estão ligadas à etnia, raça e às discriminações, conforme escreve Simon (*Ibidem*, p. 362).

Fazer uma crítica à predileção do debate francês por uma abordagem que exclui categorias fundantes do drama pelos quais os imigrantes passam é necessariamente evocar um repensar acerca dos estudos produzidos pelas teorias, em especial, as

econômicas e administrativas sobre os fluxos migratórios. Afinal, na medida em que tais teorias elaboram seus percursos analíticos calcados substancialmente na força laboral do imigrante, elas acabam por oferecer subsídios que alimentam no espaço público um ideário acerca da imigração que se volta quase que exclusivamente à dimensão do trabalho, o que tende a objetificar o sujeito imigrante, coisificando-o.

5. Para além da perspectiva econômica

Zlotnik (2003, p. 64) admite que as teorias econômicas da migração internacional são estreitas, pois, segundo ela, tais teorias não admitem que pessoas possam migrar para fugirem de certas situações onde a vida está sob ameaça, para encontrarem melhores condições climáticas ou porque têm a intenção de conhecerem alguém num mercado matrimonial mais favorável.

Depreende-se, portanto, que a autora lança um olhar crítico para a grade teórica proposta pela economia, mas mesmo sua crítica está ainda, de certa forma, limitada, posto que se volta ao campo das causas da migração, ou seja, sua problematização é feita no sentido de evidenciar o leque restritivo com o qual as teorias do campo da economia lidam, na medida em que reduzem as motivações do migrante ao vetor trabalho.

A partir disso, duas grandes considerações podem ser feitas, quando temos como contornos as preocupações que este artigo evoca e que estão relacionadas, como mencionado anteriormente, à predileção do debate francês pelo viés analítico economicista acerca da migração internacional. A primeira consideração é que, mesmo o imigrante sendo um sujeito que se organiza na vida, prioritariamente, em torno da busca por um melhor lugar no mercado de trabalho, ele não é somente a força laboral que o compõe; ele traz consigo, claro, atributos que o filiam a uma determinada cultura; e a segunda é que o trabalho a ser desenvolvido por quem migra pode ser justamente um trabalho inscrito no setor cultural; vide, por exemplo, imigrantes brasileiros que extraem sua renda realizando rodas de capoeira nas ruas dos países europeus ou oferecendo cursos de dança, de música ou de língua portuguesa.

Os estudos feitos pela antropologia da migração obviamente abarcam o circuito cultural dos processos migratórios, realizando etnografias, apontando processos interculturais e realizando investigações aprofundadas em torno das identidades, e nesta seara encontra-se um número significativo de autores, entre os quais, podemos citar Schiller (2016), Feldman-Bianco (2016) e Jardim (2002).

É sabido também que a obra de Sayad (1999) já externou com contundência os limites epistemológicos das teorias que mostraram seu desinteresse pelos aspectos políticos e culturais da migração, tendo estas teorias inclusive, segundo Sayad, operacionalizado divisões arbitrárias entre migração de trabalho e migração de povoamento, deixando assim expresso que somente o imigrante que vive esta última modalidade deteria uma história, o que é obviamente um equívoco.

O apagamento, por exemplo, da categoria de análise “cultura” nos esquemas reflexivos pautados nas teorias econômicas sobre migração internacional nos autoriza a tensionarmos a limitação das abordagens no que tange ao olhar lançado para o imigrante, ou seja, tais abordagens repetem os mesmos equívocos dos contratantes de mão de obra, na medida em que objetificam o sujeito, reduzindo-o a uma engrenagem no jogo da reprodução material da vida, vendo-o, portanto, como um indivíduo desprovido de conteúdo subjetivo, de identidade e “esvaziado” de referências culturais, confirmando deste modo o que escreve Sayad (1999, p. 62): “todo o estudo dos fenômenos migratórios negligencia as condições de origem dos emigrantes e faz uma abordagem parcial e etnocêntrica do fenômeno, e olha pro imigrante, como se sua vida tivesse começado com sua chegada na França”.

Sendo assim, um debate sobre migração que despreza a noção de “cultura” não evoca as características e as pautas mais urgentes quando se trata de pensarmos a migração em contato com a perspectiva da integração, pois como afirma Schnapper (2007, p. 55), “para que uma sociedade seja integrada e que se estabeleçam as interações necessárias entre os indivíduos, importa que eles partilhem um universo simbólico e normativo comum”. E é sabido que é exatamente a cultura a fonte que produz o universo simbólico de um contexto, de um país, de uma sociedade.

Sayad (1999) em suas investidas analíticas sobre a chegada de argelinos na França, além de observar que os emigrantes saídos da Argélia podem, a partir das características da sua forma de se relacionarem, tanto com o país de origem, quanto com o país de recepção, ou seja, a França, ser classificados em imigrante de primeira, segunda ou terceira geração, nota que a cultura desses imigrantes é entendida na França como um obstáculo a ser superado, não sendo, portanto, compreendida como um novo aporte de signos e saberes que desembarca no país e que pode vir a agregar algo de positivo, na medida em que funcionaria como um vetor favorável à recriação de práticas sociais. Logo,

a perspectiva da mistura não se apresenta no modo como a França em geral encara o fenômeno da imigração.

A problemática implícita e explícita, nos lembra Sayad (*Ibid*, p. 63), é a adaptação à sociedade de recepção, que se faz no jogo de contato do imigrante com a cultura dominante, de modo que “as condutas dos emigrantes não podem aparecer que não como violações, de modo que os emigrantes são responsáveis por um comportamento disfuncional, e isso porque estaria ele preso às características socioculturais de origem que são consideradas como obstáculos ao processo de adaptação”. Ou seja, o imigrante não é visto na sociedade de recepção como um sujeito, mas sim como mão de obra que deve oferecer sua força laboral e não expor seus aspectos culturais, pois cabe a ele se “encaixar” sem ruídos no contexto no qual se encontra.

Fica evidente que o processo de adaptação é visto pela sociedade de recepção como o processo de adesão incondicional dos imigrantes ao parâmetro cultural vigente, sem questioná-lo e sem inserirem, obviamente, no espaço público práticas trazidas dos seus países, posto que estas são consideradas antecipadamente como manifestações violentas, e o selo de violência ao qual Sayad (1999) está a pontuar em nada tem a ver com possíveis atos conscientemente realizados, recorrendo-se ao recurso da violência em si, mas todo e qualquer gestual do imigrante que destoe do conjunto de signos culturais preponderantes no país de recepção, a exemplo de um tom de voz mais alto do que aquele que é mais comum na população autóctone.

6. Considerações finais

Ainda que na França a migração seja um assunto frequente, nota-se, no entanto, que aspectos contundentes que a contornam não emergem nem em sua abordagem geral – leia-se a que é feita pela opinião pública – e nem mesmo em um tratamento mais refinado, ou seja, naquele elaborado por estudiosos e pesquisadores, de modo que a presente comunicação se dispôs a problematizar a opção da França pelo debate economicista acerca da imigração.

Para além de problematizar o olhar negligente lançado para a perspectiva cultural, étnico-racial e de gênero do fenômeno da migração e, por conseguinte, do imigrante, pontuamos que a acolhida que os esquemas teóricos ligados ao campo da economia dispensam para a geopolítica que se desenrola entre os países que colonizaram e os países

que foram colonizados não está à altura do peso que essa geopolítica exerce na dimensão empírica que circunda os fluxos migratórios.

Pensamentos críticos que problematizam os esquemas reflexivos sobre migração já foram produzidos por diferentes autores. No entanto, as críticas de maneira geral não listam quais são as consequências da forma reduzida de observar o fenômeno, movimento que este artigo tomou para si, na medida em que se dispôs a afirmar que parte da produção do conhecimento científico em torno da migração incorreu na mesma objetificação do imigrante realizada pelo mercado de trabalho, de modo que certos aportes teóricos não percebem o imigrante como um sujeito que tem agência, agência esta que reverbera em muito diferentes setores da vida.

Parece óbvio inferir que, uma vez aberto um processo de fluxos migratórios, ainda que estes fluxos estejam vinculados a razões econômicas, questões serão afloradas exatamente porque culturas vão ser postas em contato, e se esta observação ficou por tanto tempo distante da lente investigativa operacionalizada por um segmento da ciência, tem-se a sinalização do quanto as pesquisas sobre migração internacional precisam realocar a categoria “cultura” e abarcar as categorias “colonização”, “raça”, “etnia” e “gênero” em seu percurso, esforço que vem sendo assumido pelos autores que encampam a ideia de que a imigração produz sociedades multiculturais, a exemplo de Thomas Faist (2009), que em seus escritos vem fazendo uma defesa da diversidade.

Referências bibliográficas

BLANC-CHALÉARD, Marie-Claude. **Histoire de l’immigration**. Paris: La Découverte, 2001.

BORJAS, George J.; BRONARS, Steven G. **Immigration and the family**. – Documento não publicado.

CASELLI, Graziella; VALLIN, Jacques; WUNSCH, Guillaume. Introduction au volume IV. In: CASELLI, Graziella; VALLIN, Jacques; WUNSCH, Guillaume (dir.). **Démographie: analyse et synthèse IV; les déterminants de la migration**. Paris: Éditions de l’Institut national d’études démographiques, 2003, p. 3-7.

FAST, T. (2009). Diversity; a new mode of incorporation?. **Ethnic and Racial Studies**, 27.11.2008. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01419870802483650>>. Acesso em 10.08.2019.

FELDMAN-BIANCO, Bela. **Memórias de Luta: Brasileiros no Exterior (1993-2010)**. REMHU, Brasília, Ano XXIV, n. 48, p. 45-61, set./dez. 2016

FISCHER, Nicolas; HAMIDI, Camille. **Les politiques migratoires**. Paris: La Découverte, 2016.

HARRIS, John R.; TODARO, Michael P. Migration, unemployment, and development: a two sector model. **American Economic Review**. Nashville, Tennessee, n° 60, p. 126-142, 1970.

HÉRAN, François. Nous sommes un grand pays d’immigration, pas un pays d’asile. In: FOTTORINO, Éric (dir.). **Pourquoi les migrants? Comprendre les flux de population**. Paris: Le 1/Philippe Rey, 2016, p. 43-47.

_____. **Avec l’immigration; mesurer, débattre, agir**. Paris: La Découverte, 2017.

JARDIM, D. F. **Identidade Étnica e Recriação das Tradições entre Migrantes de Origem palestina no Extremo Sul do Brasil**. Campos (UFPR), Curitiba, v. 1, n.02, p. 67-82, 2002.

LE BRAS, Hervé. **L’âge des migrations**. Paris: Éditions Autrement, 2017.

LEE, E. **A theory of migration**. Demography, 1966, p. 47-57.

KRITZ, Mary M.; LIM, Lin Lean; ZLOTNIK, Hania. **International migration systems: a global approach**. Oxford: Clarendon Press, 1992.

MINCER, Jacob. Family migration decisions. **Journal of Political Economy**, vol. 86, n. 5, p. 749-773, 1978.

PICHÉ, Victor. Les fondements des theories migratoires contemporaines. In: PICHÉ, Victor (dir.). **Les theories de la migration**. Paris: INED, 2013, p. 19-60.

PIORE, Michael J. **Birds of passage : migrant labour in industrial societies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

RAVENSTEIN Ernst G. The laws of migration. **Journal of the Royal Statistical Society**, pp. 241-305, 1889.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Porto: Afrontamento, 2000.

SAYAD, Abdelmalek. **La double absence; des illusions de l’émigré aux souffrances de l’immigré**. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

SCHILLER, Nina Glick (2016). The question of solidarity and society: comment on will kymlicka’s article: “Solidarity in Diverse Societies”. **Comparative Migration Studies**. Rotterdam, v. 4, n. 6. Disponível em: <<https://comparativemigrationstudies.springeropen.com/track/pdf/10.1186/s40878-016-0027-x>>. Acesso em: 12.02.2020.

SIMMONS, A. Migration internationale et capitalisme global: examen critique des théories. In:

GÉRARD, H.; PICHÉ, V. (dir.). **La sociologie des populations**. Montreal: Les Presses de l’Université de Montreal, 1995, p. 341-364.

SIMON, P. “Race”, ethnicisation, et discrimination: une répétition de l’histoire ou une singularité postcoloniale?. In: BANCEL et al. **Ruptures postcoloniales. Les nouveaux visages de la société française**. Paris: La Découverte, 2010, p. 357-368.

STARK, Odel. **The Migration of Labor**. Cambridge: Basil Blackwell, 1991.

STARK, Odel; TAYLOR, J. Edward. **Relative deprivation and international migration, Demography**. Washington, D. C., vol. 26, n. 1, p. 1-14, 1989.

WALLERSTEIN Immanuel. **The modern world system, capitalist agriculture and the origins of the European world economy in the sixteenth century**. New York: Academic Press, 1974.

ZLOTNIK, H. Théories sur les migrations internationales. In: CASELLI, G.; VALLIN, J.; WUNSCH, G. (dir.). **Démographie: analyse et synthèse IV; les déterminants de la migration**. Paris: Éditions de l'INED, 2003, p. 55-78.